

REINALDO BELLI

**A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A
CONTRATAÇÃO DO ADVOGADO E A CONFIANÇA**

**de acordo com a
Lei Federal 14.039/2020**

Prefácio

EROS ROBERTO GRAU

Apresentação

GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

Posfácio

BRUNO TERRA DIAS

Copyright © 2020 by Editora Letramento

Copyright © 2020 by Reinaldo Belli

DIRETOR EDITORIAL | Gustavo Abreu

DIRETOR ADMINISTRATIVO | Júnior Gaudereto

DIRETOR FINANCEIRO | Cláudio Macedo

LOGÍSTICA | Vinícius Santiago

COMUNICAÇÃO E MARKETING | Giulia Staar

EDITORA | Laura Brand

ASSISTENTE EDITORIAL | Carolina Fonseca

DESIGNER EDITORIAL | Gustavo Zeferino e Luis Otávio Ferreira

CONSELHO EDITORIAL | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Moraes da Rosa; Bruno Miragem; Carlos Maria Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kiefer da Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochewsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme; Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo, Renata de Lima Rodrigues; Rubens Casara; Salah H. Khaled Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados.

Não é permitida a reprodução desta obra sem
aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B443i Belli, Reinaldo

A inexigibilidade de licitação para a contratação do advogado e a
confiança: de acordo com a Lei Federal 14.039/2020 / Reinaldo Belli. -
Belo Horizonte, MG : Casa do Direito ; Letramento, 2020.
148 p. ; 15,5cm x 22,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86025-86-6

1. Direito. 2. Licitação. 3. Contratação do advogado. I. Título.

2020-3060

CDD 340

CDU 34

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito 3402
2. Direito 34

Belo Horizonte - MG

Rua Magnolia, 1086

Bairro Caiçara

CEP 30770-020

Fone 31 3327-5771

*to@editorialetramento.com.br

*ditorialetramento.com.br

*asadodireito.com



Casa do Direito é o selo jurídico do
Grupo Editorial Letramento

SUMÁRIO

11	PREFÁCIO	Eros Roberto Grau
13	APRESENTAÇÃO	Geraldo Augusto de Almeida
15	INTRODUÇÃO	
17	1. O PERCURSO HISTÓRICO DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL E DOGMÁTICA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI FEDERAL 8.666/93, ANTES DA EDIÇÃO DE LEI FEDERAL 14.039/2020	
35	2. A NORMA JURÍDICA QUE SE EXTRAÍ DA INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DA LEI FEDERAL 14.039/2020, DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI FEDERAL 8.666/93 E DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA	
35	2.1. ADVERTÊNCIAS SOBRE TEXTO LEGAL, NORMA E INTERPRETAÇÃO	
38	2.2. A INTERPRETAÇÃO EM SENTIDO ESTRITO	
38	2.2.1. OS LIMITES DO SENTIDO LITERAL DA NORMA	
49	2.2.2. O CONTEXTO SIGNIFICATIVO DA LEI	
57	2.2.3. A INTENÇÃO REGULADORA, FINS E IDEIAS NORMATIVAS DO LEGISLADOR HISTÓRICO A REAÇÃO LEGISLATIVA FRENTE À INTERPRETAÇÃO JUDICIAL E A INTENÇÃO EXPLÍCITA DE REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE	
57	2.2.3.1. ADVERTÊNCIA ESPECÍFICA SOBRE A INTERPRETAÇÃO VOLTADA AO LEGISLADOR HISTÓRICO	
58	2.2.3.2. O LEGISLADOR HISTÓRICO DA LEI 14.039/2020	
61	2.2.4. OS CRITÉRIOS TELEOLÓGICOS-OBJETIVOS	
68	2.2.5. O PRECEITO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO	
76	2.2.6. A INTER-RELAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO	
78	2.3. A ATIVIDADE INTEGRADORA DE DESENVOLVIMENTO DO DIREITO: COLMATAÇÃO DE LACUNAS (AINDA A INTERPRETAÇÃO, PORÉM EM SENTIDO AMPLO)	

85	2.4. CONCLUSÕES SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI FEDERAL 8.666/93 E DA LEI FEDERAL 14.039/2020: SOBRE COMO EROS ROBERTO GRAU ESTAVA CERTO
87	3. SOBRE A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO ADVOGADO
91	4. O ELEMENTO <i>CONFIANÇA</i> NA CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEU FUNDAMENTO JURÍDICO
107	5. COMO A LEI FEDERAL 14.039/2020 DEVE PRODUZIR EFEITOS NO TEMPO?
113	6. A CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PELAS DIVERSAS PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
113	6.1. A CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PELA UNIÃO FEDERAL, PELOS ESTADOS, PELO DISTRITO FEDERAL
114	6.2. A CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PELOS MUNICÍPIOS
119	6.3. A CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PELAS EMPRESAS ESTATAIS: O ARTIGO 30, INCISO II, DA LEI FEDERAL 13.303/2013
121	7. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DE LEGALIDADE DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE ADVOGADOS
121	7.1. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FORMAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (§ ÚNICO DO ARTIGO 26 DA LEI 8.666/93)
125	7.2. A PRÁTICA DE PREÇO DE MERCADO
127	7.3. INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE DE CONCEITO JURÍDICO NÃO É ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NEM CRIME
130	7.4. A RESPONSABILIDADE DOS TRIBUNAIS PELA CONFIANÇA PROJETADA NOS JURISDICIONADOS. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA
133	7.5. O ÔNUS DE COMPROVAR A ILEGALIDADE É DO CONTROLADOR, POIS A PRESUNÇÃO QUE ACOMETE OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO É DE LEGITIMIDADE
135	POSFÁCIO
	Bruno Terra Dias
141	REFERÊNCIAS